

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 510.049 - SP (2019/0136940-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA - SP288567
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDREY ROCHA DA SILVA

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO-CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE FORAGIDO E COM BENEFÍCIOS SUSTADOS DESDE O ANO DE 2015. PLEITOS DE REVISÃO DE PENA E BENEFÍCIOS. NECESSÁRIO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA IMPRÓPRIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o seu não-conhecimento, ressalvados casos excepcionais de constrangimento ilegal, onde seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Os pleitos de revisão de pena e das benesses executórias antes concedidas, em especial se há notícia de que o paciente se encontra foragido desde o ano de 2015, quando houve a sustação cautelar dos benefícios executórios (fl. 59), não se coaduna com a via estreita do **habeas corpus**, dada a necessidade, no caso, de incursão profunda na seara fático-probatória, sequer realizada pelo eg. Tribunal de origem. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca,

Superior Tribunal de Justiça

Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

